

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.164, DE 2004

(Apenso o PL nº 7.128/06)

Altera a Lei nº 9656/98, a lei dos Planos de Saúde para definir amplitude de cobertura para realização de transplantes.

**Autor:** Deputado RAFAEL GUERRA e outros

**Relator:** Deputado EFRAIM FILHO

### I - RELATÓRIO

A projeto de lei sob exame, de autoria do Deputado Rafael Guerra e outros, visa a alterar as leis de transplante e de planos de saúde com vistas a assegurar a realização de tais cirurgias, mesmo quando não realizadas no País, no caso do Sistema Único de Saúde – SUS.

Para tanto, propõe a inserção de um art. 13-A na Lei nº 9.434, de 1997, que “dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências”, obrigando o SUS a custear todas as cirurgias de transplante, inclusive as que são passíveis apenas de realização em outros países.

Propõe, igualmente, a inserção de um § 5º no art. 10 da Lei nº 9.656, de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, prevendo a cobertura integral das cirurgias de transplantes por parte das operadoras de planos de saúde.

Apensado está o Projeto de Lei nº 7.128, de 2006, oriundo do Senado Federal, propondo que a ANS defina a amplitude das coberturas de transplantes e de procedimentos de alta complexidade.

Adicionalmente, inclui como obrigatória a cobertura das despesas assistenciais e de remoção do órgão com doador vivo e de remoção em doador cadáver, inclusive preservação, transporte, desde que havendo previsão contratual.

Os projetos foram aprovados na CSSF.

Examinados na Comissão de Finanças e Tributação, opinou-se pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou despesa públicas, e por não caber pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 7.128/06.

Vem agora a esta Comissão para que se manifeste sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A matéria é da competência da União, cabe ao Congresso Nacional manifestar-se e não há reserva de iniciativa.

O que deve ser negativamente criticado nos projetos de lei é a construção redacional que, com ligeiras e irrelevantes diferenças, determina à ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar dispor sobre este ou aquele assunto.

A ANS é órgão executivo cuja função primordial é regulamentar o que estiver previsto em lei. Parece-me, portanto, que além de desnecessário expressar que disporá sobre dado tema, tal se configura vício de iniciativa, já que cabe ao Executivo iniciar projeto de lei dispondo sobre atribuição de órgãos a ele vinculados.

Outro ponto a criticar negativamente é a menção (no PL nº 7.128/06) à “previsão contratual”.

Ora, as leis que se pretende alterar e os próprios projetos de lei tratam de um campo de assuntos em que é evidente e preponderante o império do Estado sobre os interesses particulares. Se se deseja modificar algo na redação daqueles dispositivos, é juridicamente incabível que, em se acrescentando um ou outro gasto a ser coberto pelos planos de saúde, diga-se

ao final que “será observado o contrato”. Esses contratos devem ser redigidos em função do que a lei determina.

Há exceções ao que é legalmente obrigado aos planos de saúde? Sim, mas estão e estarão na lei, não nos contratos.

Por fim, julgo oportuno modificar ligeiramente alguns pontos na redação dos projetos, seja para afastar vícios, seja para tentar aperfeiçoar-lhes o texto.

Opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, nos termos dos respectivos substitutivos, dos PLs 4.164/04 e 7.128/06.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado EFRAIM FILHO  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 4.164, DE 2004

Dê-se ao Projeto de Lei nº 4.164, de 2003, seguinte redação:

Art. 1º Esta lei altera a redação da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, e da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 2º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida de artigo com a seguinte redação:

*“Art. 13-A. O Sistema Único de Saúde custeará todas as operações de transplantes necessárias, em hospitais próprios ou conveniados, reservando dotação orçamentária suficiente para a cobertura dos gastos provenientes dessa espécie de tratamento que somente sejam passíveis de realização em outros países.”*

Art. 3º O art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido de parágrafo com a seguinte redação:

*“Art. 10. ....  
.....*

*§ 5º Os transplantes de órgãos, tecidos e partes do corpo humano terão seus custos integralmente cobertos pelas empresas de que trata o art. 1º desta Lei, segundo as normas editadas pela autoridade federal competente.”  
(NR)*

Art. 4º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado EFRAIM FILHO  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 4.164, DE 2004

### SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 7.128, DE 2006

Dê-se ao Projeto de Lei nº 7.128, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º Esta lei altera a redação dos artigos 10 e 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 2º O § 4º do art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. ....

.....

§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela autoridade federal competente, ressalvado o disposto na alínea ‘g’ do inciso II do art. 12.” (NR)

Art. 3º O inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 1998, de uma alínea com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

.....

II - .....

.....

g) cobertura das despesas assistenciais com doador vivo e das referentes à cirurgia de remoção, em doador vivo, cadáver ou com morte encefálica, à preservação e ao transporte de órgãos destinados a transplante no beneficiário, desde que haja previsão legal ou contratual para o transplante e o transporte se efetive na área geográfica de abrangência prevista no plano contratado.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2010.

Deputado EFRAIM FILHO  
Relator